

Governo vai combater cartelização do ensino

Belo Horizonte — O ministro da Educação, Murílio Hingel, disse ontem, em Belo Horizonte, que o Governo não vai permitir a cartelização do ensino. E avisou: contrato-padrão com índices de reajustes das mensalidades não previstos pela lei nº 8.170/91 tem um nome. “Isto é cartel e cartel tem que ser combatido”. Hingel diz concordar com o argumento das escolas privadas que reclamam liberdade de mercado, concorrência e competição. “Mas se as escolas se organizam para forçar os pais a pagarem aquilo que está acima de suas capacidades

evidentemente o Governo tem que interferir”.

De acordo com o ministro, o Governo já está interferindo na questão por intermédio do Ministério da Justiça. Ele se refere à decisão tomada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieesp) de orientar as escolas a manter os contratos-padrão e a encerrar os descontos nas mensalidades para o segundo filho matriculado no mesmo estabelecimento. “O sindicato vai resistir, o assunto vai ficar na esfera da Justiça e certamente terá que ter uma solução”,

disse.

“A verdade é que a lei nº 8.170 não está sendo cumprida e o Governo quer saber por que as escolas estão praticando o cartel”. Para Hingel, o caso das mensalidades só tem uma alternativa: “Precisamos criar um grupo de trabalho que envolva todas as partes para chegarmos ao consenso”.

Anunciou que a Coordenação de Apoio ao Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), com 15 mil bolsistas, aumentou os valores das bolsas de estudantes de pós-graduação. Agora eles receberão 70 por cen-

to do salário do professor-auxiliar para mestrado e 70 por cento do salário do professor-assistente para os cursos de doutorado.

Hingel não soube dizer de quanto será o orçamento para as universidades em 1993. Mas garantiu um incremento de 15 por cento sobre os valores reais de 1992, justamente para outros custos — pesquisa, melhoria das instalações e recuperação de laboratórios. Os recursos, segundo o ministro, vão beneficiar, entre outras instituições, as universidades e as escolas técnicas federais. Sobre o crédito educativo, que

não está sendo repassado pela Caixa Econômica Federal (CEF), Hingel disse que até o final da próxima semana os estudantes terão uma boa notícia.

O ministro da Educação visitou dois Ciacs e assinou convênio com o prefeito de Belo Horizonte, Eduardo Azeredo (PSDB), no valor de Cr\$ 20 bilhões, para a construção de escolas. No início da tarde, Murílio Hingel foi para Juiz de Fora, onde assinou convênios de Cr\$ 5,8 bilhões com diversas instituições de ensino da região.